

CORREIO NACIONAL



Consultora diz que medida traz mais segurança

Acordo judicial não atrapalha a 2ª edição do CNU

O acordo firmado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério Público Federal (MPF) para garantir a continuidade do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) não atrapalha a realização de uma segunda edição do certame. A informação foi confirmada nesta quinta-feira (21) pela consultora jurídica do MGI Karoline Buzzato. “[O acordo] traz mais segurança à continuidade do CPNU e não atrapalha em nada uma possível re-

alização de uma segunda edição. Na realidade, tudo é um processo de amadurecimento. Toda política pública passa por esse processo de transformação natural. O Enem foi assim e hoje é um grande programa. Algumas questões já nem se debate mais, mas levaram anos. Nós que não estamos nesse dia a dia do Enem talvez esqueçamos o tanto que ele já nos deu trabalho dentro da administração pública para chegar numa política tão formada como é atualmente”.

Conciliação sobre marco temporal

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, decidiu prorrogar os trabalhos da audiência de conciliação sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas para 28 de fevereiro de 2025. As reuniões estavam previstas para terminar em 18 de dezembro. Em agosto deste ano, a

Articulação dos Povos Indígenas, principal entidade que atua na defesa dos indígenas, se retirou da conciliação. A entidade entendeu que os direitos dos indígenas são inegociáveis e não há paridade no debate. No ano passado, o plenário do Supremo decidiu a favor dos indígenas

Escravidão das pessoas negras

O governo federal, em nome do Estado brasileiro, pediu publicamente desculpas à população negra pela escravidão das pessoas negras e seus efeitos. A mensagem também ressalta a necessidade de combater a discriminação racial no país. “A União manifesta publicamente o pedido de

desculpas pela escravidão das pessoas negras, bem como de seus efeitos. Reconhece que é necessário envidar esforços para combater a discriminação racial e promover a emancipação das pessoas negras brasileiras”, diz o pedido de desculpas lido pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

Rinovírus no Norte e Nordeste

O Boletim InfoGripe da Fiocruz aponta que o rinovírus permanece como o principal vírus responsável por casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em crianças e adolescentes de até 14 anos, sobretudo nos estados das regiões Norte e Nordeste, enquanto a Covid-19 predomina entre os

idosos. A pesquisadora do Procc/Fiocruz e do InfoGripe, Tatiana Portella, diz que, apesar do alerta relacionado ao rinovírus e Covid-19 em alguns estados e faixas etárias, as hospitalizações associadas a ambos os vírus estão em tendência de queda ou estabilidade.

Diálogos Palmarinos

Dando sequência a programação da Fundação Cultural Palmares pelo Dia da Consciência Negra, a entidade do Ministério da Cultura promove nos dias 21 e 22 de novembro, mais uma edição dos Diálogos Palmarinos. O evento acontece no auditório da Universidade Federal

de Alagoas. Na quinta, o tema Personalidades negras - herança e legado conduziu as atividades. A saudação inicial foi realizada pelo presidente da Fundação, João Jorge Rodrigues, evidenciou a necessidade de suspender a portaria da antiga gestão da Palmares.

Mapa da Igualdade Racial

O Mapa da Igualdade Racial, iniciativa do Ministério da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Cidadania, e da Cultura para registrar iniciativas do mês da Consciência negra, ultrapassou 600 ações. A ferramenta permite que o governo e organizações não-governamentais, sociedade civil organizada e coletivos acrescentem eventos sobre a data. “A ferramenta permite visualizar, conectar e fortalecer ações voltadas para a promoção da igualdade racial”, afirma a coordenadora-geral de Redes do Ministério, Anderson Almeida.

mentais, sociedade civil organizada e coletivos acrescentem eventos sobre a data. “A ferramenta permite visualizar, conectar e fortalecer ações voltadas para a promoção da igualdade racial”, afirma a coordenadora-geral de Redes do Ministério, Anderson Almeida.

Especialistas pedem mais vacinação contra dengue

Situação para o verão preocupa, alerta presidente da SBI

A expectativa de aumento nos casos de dengue no próximo verão é “bastante preocupante”. A afirmação é do presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), Alberto Chebabo. Segundo o médico, a dengue é uma doença surpreendente, que vem sendo combatida desde a década de 80 com poucas vitórias. Chebabo defendeu que é preciso ampliar a aplicação de vacinas contra a doença para permitir a proteção de um número maior de pessoas.

“A gente sabe que vai ser um verão quente e chuvoso. Já está assim e a gente ainda não chegou no verão, mas a dengue já começa a aparecer na primavera de forma intensa. Então, a gente tem uma preocupação grande em relação a essa temporada. A gente espera que a adesão à vacina contra a dengue seja ampliada e que a gente consiga vacinar uma parte maior da população, protegendo um número maior de pessoas. Esta é uma doença que traz bastante danos à sociedade, não só em termos de mortes como a gente tem visto recentemente, mas em termos de absenteísmo, sofrimento mesmo, de internação,



Especialista diz que doença é combatida há décadas, com poucas vitórias

então, é uma doença que não é simples. Mesmo os que passam por ela, dizem que nunca mais querem passar por ela”, contou.

O médico foi um dos participantes da coletiva de apresentação da pesquisa inédita sobre o impacto da desinformação e das Fake News sobre a dengue, realizada pela empresa multinacional de pesquisa e consultoria de mercado Ipsos e encomendada pela biofarmacêutica Takeda, com a colabo-

ração da SBI. Foram entrevistadas 2 mil pessoas para entender as percepções sobre a dengue, a vacinação em geral e sobre a doença.

“A gente sabe que uma das principais formas é através da vacinação e espera que o Ministério da Saúde junto com a Takeda, consiga ampliar a oferta de vacinas pra gente proteger um número maior de pessoas, ampliar as nossas faixas etárias de vacinação, as

idades beneficiadas com o programa”, completou.

Também na apresentação, o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) e presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato Kfour, defendeu mais capacitação de profissionais de saúde para facilitar a comunicação com pessoas desconfiadas que se recusam a se vacinar”, apontou.

Ministério admite dúvida no CNU

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) admitiu, nesta quinta-feira (21), que a instrução na folha de rosto do cartão-resposta das provas do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) pode ter gerado dúvidas e induzido vários candidatos a não marcar o tipo de gabarito da prova e/ou não transcrever a frase de identificação em 18 de agosto, data de aplicação do certame.

A declaração foi dada pela consultora jurídica do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) Karoline Busatto. Para ela, apesar dos oito editais originais do concurso citarem a necessidade da dupla identificação dos participantes no caderno-resposta, houve problemas na escrita da folha de rosto do caderno de prova.

A falta de marcação pelo candidato no cartão-resposta, da chamada “bolinha”, que indica ao leitor digital do sistema de correção qual o tipo de ga-



PF fará identificação pela redação de candidatos

barito, foi objeto de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF). No julgamento da ação, a Justiça Federal do Tocantins determinou, no início de novembro, o cancelamento da eliminação dos candidatos do processo seletivo que não fizeram a marcação do tipo de prova.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos adiantou que não será possível identificar o participante que não marcou o tipo de gabarito

da prova e nem reproduziu a frase de identificação na folha de rosto - que funciona como exame grafológico de todos aprovados no certame que foram convocados para assumir o cargo no governo federal -, nas provas em que há múltiplos gabaritos.

Nos casos em que o candidato fez pelo menos uma das identificações, o MGI firmou o compromisso com a Polícia Federal para identificar o candidato pela prova escrita (dis-

sertativa ou redação).

O coordenador de Logística do CNU, Alexandre Retamal, explicou como será garantida a segurança do concurso: “vamos fazer o exame grafológico de todas as pessoas que forem aprovadas da mesma forma que a gente vai conferir a digital. Então, os dois itens são importantes para a segurança [do certame]. A Polícia Federal se comprometeu conosco que quem não preencheu a frase vai ser identificado pela redação.”

A falta de identificação do candidato no cartão-resposta foi um dos motivos para o adiamento da divulgação dos resultados finais do concurso unificado, prevista para esta quinta-feira.

No acordo judicial assinado pela União com MPF e Fundação Cesgranrio, banca examinadora do certame, o ministério também anunciou o aumento do número de provas discursivas corrigidas de candidatos negros que alcançaram a nota de corte.

STF

Conversa sobre o papel da Suprema Corte brasileira

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, encontrou-se na quinta com a ex-primeira-ministra britânica Theresa May, em São Paulo. Ambos participaram do 28º Congresso da Associação Brasileira dos Planos de Saúde.

Em conversa após o evento, Barroso explicou que o papel ampliado da Suprema Corte no país, que atua em casos controvertidos e importantes sobre diversas matérias, explica-se pela abrangência da Constituição Federal brasileira. No congresso, a ex-premiê inglesa falou sobre o modelo do National Health Service, programa de saúde pública do Reino Unido.

STJ

Filiação socioafetiva entre avós e netos maiores

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou juridicamente possível o pedido de reconhecimento de filiação socioafetiva entre avós e netos maiores de idade, nos casos em que a relação entre eles supera a mera afetividade avoenga.

Para o colegiado, a declaração de filiação nessas hipóteses - com efeitos diretos no registro civil do filho socioafetivo - não encontra qualquer impedimento legal.

O entendimento foi estabelecido no âmbito de ação ajuizada por neto para ser reconhecido como filho socioafetivo de seus avós maternos, mantendo-se em seu registro civil.

TSE

Datas para eleições suplementares em 2025

A Portaria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 842, de 2024, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) desta quinta-feira (21), estabelece as datas para a realização de eleições suplementares de 2025.

Os tribunais regionais eleitorais (TREs), respeitando o cronograma definido pelo TSE, convocarão os novos pleitos e aprovarão as respectivas instruções sobre essas eleições. A norma estabelece que, nas eleições majoritárias, se nenhuma candidatura alcançar a maioria de votos prescrita no parágrafo 1º do artigo 2º e no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

TCU

Selo diamante de qualidade em transparência

O Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo de Qualidade em Transparência Pública na categoria Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) com índice de 98,89% de transparência ativa no Portal TCU. A cerimônia de entrega ocorreu na última quarta-feira (13/11), durante o IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC) 2024, em Foz do Iguaçu (PR). O ministro Benjamin Zymler recebeu o certificado pelo TCU.

O PNTP avalia, desde 2022, os portais de transparência de órgãos públicos de todas as esferas e poderes.